

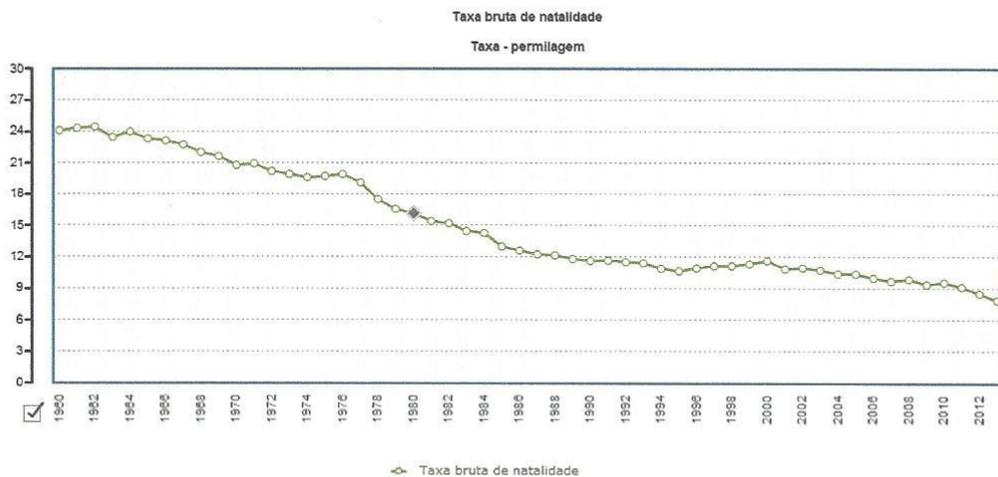
Aprofundar a protecção das crianças, das famílias e promover a natalidade

Parlamento – audição parlamentar – 7.1.2015

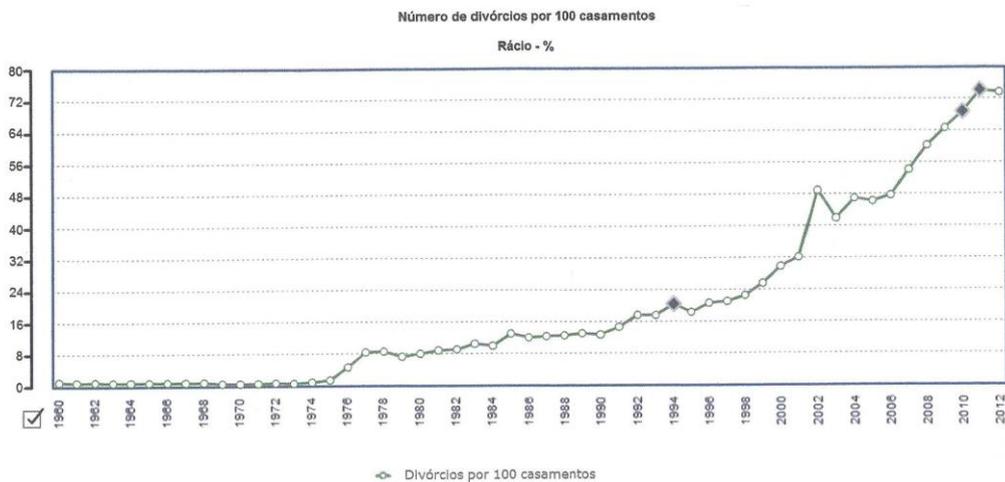
1. Permitam-me que vos diga o que pode parecer uma grosseria da minha parte. Não vou começar esta intervenção como qualquer coisa como: “Agradeço vivamente o honroso convite que...”. Não começarei deste modo, pois entendo que o parlamento e nele os deputados têm a obrigação profundamente democrática de ouvir os eleitores e de agir de acordo com a vontade destes. A Democracia, um regime não perfeito, mas o menos imperfeito de todos, no dizer de Churchill, só se pode tornar mais aperfeiçoado, com um contacto directo, permanente e sério dos eleitos com os eleitores. Assim... estou aqui porque alguém, em boa hora, se lembrou de ouvir um eleitor interventivo e participativo na res publica, sem fazer política partidária, e os senhores deputados aqui presentes aceitaram a minha presença. Bem haja pela lembrança democrática! Agradeço a vossa atenção.
2. Começarei por lhes dizer que a **Resolução nº87 /2014, Aprofundar a protecção das crianças, das famílias e promover a natalidade**, que li e sobre a qual reflecti, padece, em meu entender de uma distorção de prioridades. Explico: Este enunciado, está baralhado e não exprime o que deveria ser a prioridade coerente e com perspectivas para um futuro mais equilibrado: Aprofundar o apoio à família (natalidade, liberdade de educar e protecção de crianças, jovens, idosos e deficientes).
3. Como entender e viver e apoiar as crianças quando tantas famílias de origem, mais concretamente os progenitores, o pai e a mãe, cada vez mais se afastam da corresponsabilidade que deverá ser inerente àquelas funções e as relações com os filhos gravitam em

torno de uma grave e muito generalizada conflitualidade de que são as crianças e jovens as primeiras vítimas?

4. Aumentar a natalidade, com crianças que se arrastam pelos tribunais ou saltam de casa em casa como se fossem mercadoria que ora se deposita aqui ora ali?
5. Por onde começar e como deverá começar a protecção das crianças e jovens?
6. Desde 1982 que em Portugal não há substituição de gerações. E que o declínio da natalidade tem sido constante, com ligeiras e irrelevantes inflecções, como a que ainda a semana passada mereceu honras de 1ª página num semanário de referência (Expresso, 3 . 1 . 2015) em que passou a ideia de que o nascimento de mais 724 bebés em 2014 relativamente ao ano anterior, fosse significativo!



8. Pelo contrário, senhores deputados! Os senhores, vós ou outros que vos precederam, tudo fizeram para fragilizar e dificultar qualquer retoma da natalidade com a preocupação de agravar as condições de estabilidade da comunidade natural de suporte desta, a família.



9. Onde está o vosso trabalho de apoio efectivo à orientação e mediação familiar, no respeito absoluto pelas opções de cada pessoa, criando condições para que uma decisão tão grave como o divórcio, sobretudo quando há crianças e jovens, não seja tomada de ânimo leve e de forma impulsiva face aos naturais conflitos conjugais? Os deputados, representantes legítimos do povo, têm-se preocupado com a urgência que se impõe de se apoiarem as IPSS que trabalham ou desejam trabalhar nesta área, e que não têm qualquer tipo de apoio, fazendo o que os senhores deveriam considerar uma prioridade, para promover a natalidade e proteger as crianças e jovens?
10. Os senhores deputados já se aperceberam desta coisa espantosa e que vos deixa ficar muito mal e sem autoridade moral de falarem em “aprofundar a protecção das crianças e de promover a natalidade” quando daqui, desta casa da democracia se tem promovido de forma totalmente irresponsável o aborto?

- 11.** E já repararam no despudor de se ter feito uma Lei, nº 32/ 2002, de 20 de Dezembro, sobre a criação de CENTROS DE APOIO Á VIDA, como forma de as mulheres que LIVREMENTE e sem coacção nenhuma, quererem levar avante uma gravidez problemática e que a única solução que lhes é proposta é o aborto, gratuito, mesmo em repetição, e que a respectiva regulamentação esperou... 2 anos (Portaria nº 446/2004, de 30 de Abril)! E que o respectivo “Guião técnico só foi publicado em 25 de Junho desse ano, quase 3 meses depois! Como se explica que haja um número tão reduzido desta resposta social? Espantoso, senhores deputados! Quantas crianças poderiam ter nascido se este apoio à natalidade tivesse, de facto, o vosso interesse, ampliando esta resposta social?
- 12.** Os senhores deputados já averiguaram, como é da vossa responsabilidade, quantos CAFAP (Centro de Atendimento à Família e Apoio Parental) existem no país, com que recursos estão a trabalhar os muito poucos que existem, quantas famílias estão a atender e a que necessidades têm de atender e dar resposta? (Sempre em articulação e a pedido do Tribunal de Família e Menores, CPCJ e CDSS, entre outros)
- 13.** Senhores deputados, e muito bem, puderam optar pelo Partido que melhor representa as vossas convicções ideológicas. Podem mudar. Podem criar outras soluções que possam representar mais e melhor o vosso património político, as vossas opções económicas e outras. E ainda bem que a Democracia permite, apoia e incentiva este quadro político. Apoio-o sem reservas. Defendo-o desde que, na minha adolescência, tomei consciência do que é a Liberdade. Mas, senhores deputados, os senhores não são donos dos nossos filhos! A estes e aos pais é sonegado o direito de escolha, em total liberdade e rigorosa igualdade, do tipo de educação escolar que os pais tenham como melhor. Será protecção das crianças e jovens tal atitude?

- 14.** Os senhores deputados têm a noção exacta de quantas famílias caem diariamente nos limites mais baixos da pobreza (deve ler-se pobrezas!)?
- 15.** Os senhores deputados já deram conta que o “CONSELHO CONSULTIVO PARA AS QUESTÕES DA FAMÍLIA”, que apesar de mal concebido e muito pouco funcional, deixou de existir?
- 16.** Os senhores deputados já repararam de que a Família, como célula estruturante de qualquer sociedade, deixou de ter representação política nos últimos governos com o que tal significa e pode, legitimamente entender-se como desinteresse vosso pela família?
- 17.** Os senhores deputados conhecem o documento saído de um governo democrático, com total legitimidade, por isso, chamado “100 Compromissos para uma política da Família – um plano global a desenvolver entre 2004 e 2006)? Que foi feito dele? Sobretudo, o que não foi cumprido?
- 18.** Sim, senhores deputados, temos de promover a natalidade! Mas, como já o escrevi há vários anos, ninguém faz filhos por decreto! Os decretos podem ajudar. É essa a vossa tarefa! Sem esquecer os deficientes, os velhos, os doentes. Estes últimos não são “não-consumidores/ produtores” descartáveis! São Pessoas!
- 19.** Senhores deputados, os velhos, sobretudo os sós, os doentes dependentes precisam de um novo olhar dos políticos que respeite as suas fragilidades agradecendo-lhes o muito que deram ao nosso país e neste à economia.
- 20.** Precisamos urgentemente de políticas favoráveis à Família e à Vida, única condição, ou pelo menos a mais importante, para se começar a reverter este plano inclinado civilizacional que é termos a mais baixa taxa de natalidade da Europa e do mundo e uma das mais elevadas taxas de divorcialidade do Ocidente. Somos um país de

velhos abandonados. De pobres. Um país que perdeu a Esperança no seu devir. Um país que está a perder assustadoramente a sua memória colectiva e familiar.

21. Senhores deputados, as questões que vos coloquei, deixam pistas para vossa actuação como forma de colaborar com a Comissão. Ficaram por partilhar convosco outras, muitas, interpelações que tinha a obrigação de vos lançar: as questões das adopções, o mecenato social familiar, as respostas às adicções sem grandes ou muito poucas respostas e que são, quase sempre origem de violência intra-familiar, endividamentos e destruição familiar e social, entre outras.

22. Se acharem oportuno, poderei enviar-vos um elenco de propostas, como síntese do que disse, e que, em meu entender, são urgentes para “Aprofundar o apoio à família (natalidade, liberdade de educar e protecção de crianças, jovens, idosos e deficientes).

23. Agradeço a vossa atenção.

Carlos Aguiar Gomes